



DEMONSTRAÇÕES 2022 CONTÁBEIS



www.eletrocar.com.br
Telefone: (54) 3329 - 9900 Fax: (54) 3329 - 9945
Av. Pátria, 1351 - Bairro Sommer - Carazinho/RS



www.eletrocar.com.br
Telefone: (54) 3329 - 9900 Fax: (54) 3329 - 9945
Av. Pátria, 1351 - Bairro Sommer - Carazinho/RS



BALANÇO PATRIMONIAL

EM 31 DE DEZEMBRO

A T I V O

	<u>NE</u>	Legislação Societária	
		Valores em milhares de Reais	
		2 0 2 2	2 0 2 1
<u>Circulante</u>		37.497	39.340
Caixa e Equivalentes de Caixa	7.1	5.175	4.354
Consumidores	7.2	12.592	18.776
Serviços em Curso	7.3	95	26
Tributos a Compensar	7.4	657	610
Depósitos Judiciais e Cauções	7.5	0	3
Ativos Financeiros Setoriais	7.6	8.813	10.204
Investimentos temporários	7.7	106	0
Créditos a Receber	7.8	5.204	2.496
Estoques	7.9	4.717	2.823
Despesas Antecipadas	7.10	138	48
		100.226	109.123
<u>Não Circulante</u>			
Consumidores	7.2	3.444	3.791
Investimentos temporários	7.7	33	92
Tributos a Compensar	7.4	22.088	31.244
Depósitos Judiciais e Cauções	7.5	66	60
Ativos Financeiros da Concessão	7.12	2.988	2.218
Outros Créditos	7.11	210	211
		28.829	37.616
Intangíveis - em Serviço	7.12	70.273	70.257
Intangíveis - em Curso	7.12	1.124	1.250
		71.397	71.507
<u>TOTAL DO ATIVO</u>		137.723	148.463

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis



BALANÇO PATRIMONIAL

EM 31 DE DEZEMBRO

PASSIVO

NE	Legislação Societária	
	Valores em milhares de Reais	
	2022	2021
<u>Circulante</u>	41.455	31.154
Fornecedores 7.13.1	7.805	9.573
Empréstimos e Financiamentos 7.13.6	2.980	6.017
Obrigações Sociais e Trabalhistas 7.13.3	1.870	1.763
Tributos 7.13.2	4.582	7.648
Dividendos Declarados -	2.712	29
Encargos Setoriais 7.13.4	577	1.077
Passivos Financeiros Setoriais 7.6	15.139	3.196
Outras Obrigações 7.13.5	5.153	1.851
Provisões Passivas 7.13.7	637	
<u>Não Circulante</u>	33.209	51.448
Empréstimos e Financiamentos 7.13.6	3.327	3.505
Tributos 7.13.2	2.977	3.077
Passivo Financeiros Setoriais	1.179	0
Outras Obrigações	16.224	35.279
Provisões Passivas 7.13.7	9.502	9.587
<u>Patrimônio Líquido</u>	63.059	65.861
Capital Realizado Atualizado 7.14.1	35.000	20.570
Reservas de Capital 7.14.2	102	70
Ajuste de Avaliação Patrimonial 7.14.3	22.340	25.054
Reservas de Lucros 7.14.4	5.618	20.167
<u>TOTAL DO PASSIVO</u>	137.723	148.463

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis



DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO

	NE	Legislação Societária	
		Valores em milhares de Reais	
		2022	2021
RECEITA OPERACIONAL	7.16	160.426	172.161
Fornecimento de energia elétrica	7.16.1	128.266	144.595
Subsídios tarifários	7.16.1	15.481	9.256
Suprimento – CCEE	7.16.1	212	249
Receitas de compensação tarifária	7.16.1	6.738	10.217
Receita construção de infraestrutura concessão	7.16.1	6.481	5.702
Outras receitas	7.17	3.248	2.143
Deduções da receita operacional	7.18	56.790	64.675
Taxas regulamentares	7.18.1	23.118	16.251
Icms	7.18.2	21.250	36.853
Cofins/pasep/iss	7.18.2	12.422	11.571
Receita Operacional Líquida		103.636	107.486
CUSTOS OPERACIONAIS		96.521	92.160
Custo com energia elétrica	7.19	69.074	69.562
Energia elétrica comprada para revenda	7.19	41.524	45.360
Encargos de transmissão, conexão	7.19	18.404	16.444
Encargos e demais despesas setoriais	7.19	2.665	2.056
Custo de construção de infraestrutura concessão	7.19	6.481	5.702
Custos de operação	7.20	27.447	22.598
Pessoal		14.465	12.823
Material		1.090	990
Serviços de terceiros		3.390	2.750
Depreciação e amortização		2.791	2.049
Provisões		2.558	684
Outras despesas		3.153	3.302
Lucro operacional bruto		7.115	15.326
Receita financeira	7.21	6.705	4.358
Despesa financeira	7.21	6.950	2.686
Resultando financeiro		(245)	1.671
Resultado operacional		6.870	16.997
Reversão juros capital próprio		2.683	1.410
LUCRO ANTES IMPOSTOS		9.553	18.407
Contribuição social	7.15	(883)	(1.609)
Imposto de renda	7.15	(2.348)	(4.347)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		6.322	12.451
Lucro p/Ação do Capital Social (R\$)		3,96	7,79

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis



DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO FINDO EM 31.12.22 e 31.12.21

Legislação Societária
Valores em milhares de Reais

	CAPITAL REALIZADO ATUALIZADO	RESERVA DE CAPITAL	AJUSTE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	RESERVA DE LUCROS	LUCROS/PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
SALDOS EM 31.12.20 (R\$)	16.300	82	25.558	13.641	000	55.581
Aumento Capital Social	4.270	(45)		(4.225)		000
Realização/Ajustes de reservas		33	(504)	(1.572)	(119)	(2.162)
Lucro do exercício					12.451	12.451
Destinações propostas a AGO:						
Reserva Legal				623	(623)	000
Reserva Especial de Dividendos a Distribuir				2.575	(2.575)	000
Reserva Especial – Juros s/capital próprio				1.401	(1.410)	(9)
Reserva de Lucros				7.724	(7.724)	000
SALDOS EM 31.12.21 (R\$)	20.570	70	25.054	20.167	000	65.861
Aumento Capital Social	14.430			(14.430)		000
Realização/Ajustes de reservas		32	(2.715)	3.540	(3.323)	(2.466)
Lucro do exercício					3.639	3.639
Destinações propostas a AGO:						
Reserva Legal				316	(316)	000
Reserva Especial de Dividendos a Distribuir				(2.575)		(2.575)
Reserva Especial – Juros s/capital próprio				(1.401)		(1.401)
Reserva de Lucros						
SALDOS EM 31.12.22 (R\$)	35.000	102	22.340	5.617	000	63.059

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis



DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO

	Legislação Societária	
	Valores em milhares de Reais	
	2022	2021
GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO:		
Receitas de venda de energia elétrica	153.945	166.459
Receita de construção de infraestrutura	6.481	5.702
Provisão p/contingências	(2.558)	(684)
	157.868	171.477
(-) INSUMOS		
Custo da energia comprada	62.593	63.860
Custo de construção de infraestrutura	6.481	5.702
Materiais	1.090	990
Serviço de terceiros	3.390	2.750
Encargos setoriais	23.118	16.252
Outros encargos	2.620	2.672
	99.262	92.226
VALOR ADICIONADO BRUTO	58.576	79.251
Depreciação e amortização	2.791	2.049
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO GERADO	55.785	77.202
Receitas financeiras	6.705	4.358
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	62.490	81.560
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO:		
Empregados e Administração:		
Remuneração do trabalho	7.638	6.787
Encargos sociais (exceto Inss)	596	521
Benefícios	2.990	2.601
Provisões	2.013	1.778
Indenizações trabalhistas	148	174
Custos imobilizados	(1.178)	(1.108)
	12.207	10.753
Governos:		
Icms	21.250	36.853
Pis/Cofins	12.422	11.571
Inss	2.259	2.069
Imposto renda e contribuição social	3.230	5.956
Outros	113	197
	39.274	56.646
Financiadores:		
Despesas financeiras	4.267	1.276
Aluguéis	420	433
	4.687	1.709
Acionistas:		
Remuneração do capital próprio	2.683	1.410
Lucros retidos/prejuízos	3.639	11.042
	6.322	12.452
VALOR DISTRIBUIDO	62.490	81.560

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis



DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO

	Legislação Societária	
	Valores em milhares de Reais	
	2 0 2 2	2 0 2 1
Atividades Operacionais:		
Lucro líquido do exercício	3.639	11.041
Despesas/receitas que não afetam o caixa:		
Depreciação/amortização	2.791	2.049
Baixas ativo intangível	(1.636)	(710)
Provisão p/créditos liquidação duvidosa	552	1.062
	1.707	2.401
Geração bruta de caixa	5.346	13.442
Consumidores	(6.185)	2.000
Impostos a compensar	47	14
Estoque	1.894	(11)
Despesas antecipadas	90	10
Serviços em curso	69	(336)
Ativos financeiros setoriais	(1.391)	10.204
Ativo não circulante	(8.787)	31.986
Créditos a receber e outros	2.811	(326)
	(11.452)	43.541
Fornecedores	(1.768)	971
Folha de pagamento	106	271
Tributos	(3.166)	(3.260)
Encargos setoriais	(500)	(9.339)
Passivos financeiros setoriais	11.943	239
Demais passivos	(15.753)	35.789
	(9.138)	24.671
Geração operacional de caixa	7.660	5.428
Atividades de investimentos e financiamentos		
Investimentos no ativo permanente	(7.270)	(6.756)
Contribuição e doação do consumidor	962	607
Empréstimos e financiamentos	(3.214)	781
Dividendos e juros s/capital próprio	2.683	1.410
	6.839	3.958
Geração líquida de caixa	821	9.386
Saldo das disponibilidades		
No início do período	4.354	13.740
No fim do período	5.175	4.354
Aumento (redução) nas disponibilidades	821	9.386

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis



NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 e 2021

1. Contexto operacional

A Centrais Elétricas de Carazinho S.A. – ELETROCAR, sociedade de economia mista de capital fechado, controlada pelo município de Carazinho no estado do Rio Grande do Sul. É uma concessionária de energia elétrica tendo como finalidade projetar, construir e explorar sistemas de geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe venham a ser concedidos ou autorizados, podendo também participar de consórcios com empresas privadas com objetivo de desenvolver atividades na área de geração de energia.

Atualmente a empresa desenvolve as atividades de distribuição de energia elétrica, sendo atendidos sete municípios da área de concessão, com 37.998 consumidores. A sua sede administrativa está localizada na cidade de Carazinho, na região norte do estado do Rio Grande do Sul.

A maior parte da receita é oriunda do fornecimento de energia elétrica e de suas atividades inerentes e acessórias.

Tem suas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia, conforme contrato de concessão de Distribuição de Energia Elétrica que tem por objetivo a exploração do serviço público de energia elétrica.

Atualmente a Companhia atua somente no segmento de distribuição de energia elétrica.

2. Concessão:

Contratos de Concessão assinados com o órgão do poder concedente ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica:

Data Assinatura	Contrato nº	Aditivo	Data	Tipo Concessão	Vencimento
18/10/2000	084/2000	4º	09/12/15	Distribuição	07/07/2045

Através do Decreto 8.461 de 02/06/15 foi regulamentada a renovação das concessões cujos contratos de distribuição venceram 07/07/15. Através do Despacho do MME de 09/11/15 foi autorizado a Eletrocar proceder a renovação da concessão. Assim sendo em 09/12/15 foi assinado o quarto termo aditivo ao contrato de distribuição nº 084/2000 junto a Aneel – Agência Nacional de Energia Elétrica, órgão regulador, cuja renovação tem prazo de trinta anos, vencendo em 07/07/2045.

A concessão poderá ser extinta pelo término do contrato, encampação do serviço, caducidade, rescisão, irregularidades ou falência da concessionária. Não poderá ocorrer transferência de controle acionário majoritário da concessionária sem anuência prévia do poder concedente.

O novo aditivo ao contrato traz cláusulas específicas que garantem o direito à indenização do valor residual dos bens vinculados ao serviço ao final da concessão, bem como metas a serem cumpridas para a continuidade da concessão.

3. Reajuste tarifário anual e revisão periódica

No reajuste anual, que ocorre entre as revisões tarifárias, as empresas distribuidoras de energia elaboram seus pleitos, com base em fórmulas definidas nos contratos de concessão, onde consideram-se custos não gerenciáveis (parcela A), as variações incorridas no período entre reajustes e, os custos gerenciáveis (parcela B), a variação do IGP-M, ajustados pelo Fator X.

A revisão tarifária periódica ocorre a cada cinco anos e tem por objetivo restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro da concessão. A próxima data-base de revisão tarifária é julho de 2027. Neste processo, a Aneel procede ao recálculo das tarifas, considerando as alterações na estrutura de custos e mercado da concessionária, estimulando a eficiência e a modicidade das tarifas. Os reajustes e as revisões são mecanismos de atualização tarifária, ambos previstos no contrato de concessão.

4. Apresentação

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas de acordo com os princípios contábeis previstos na legislação societária, Lei das Sociedades por Ações e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e em particular os padronizados pelo “Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica- MCSE” e resoluções da Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel.



As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, versão 2022, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL através da Resolução Homologatória 933 de 18 de maio de 2021 e do Despacho 2.904 de 17 de setembro de 2021. As demonstrações contábeis regulatórias são separadas das demonstrações contábeis societárias. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as instruções contábeis para fins regulatórios especificam um tratamento ou divulgação diferentes em certos aspectos. No entanto, a base para apuração fiscal corrente e dos dividendos é o lucro apurado com base nas práticas contábeis societárias e divulgado nas demonstrações financeiras societárias.

As demonstrações contábeis regulatórias e societárias auditadas estarão disponíveis no site www.eletrocar.com.br a partir de 30 de abril de 2023.

De acordo com a Instrução Contábil 6.3.14 do Manual de Contabilidade, às Obrigações Especiais vinculadas a Concessão estão sendo apresentadas como redutora do ativo imobilizado.

A Concessionária adotou as normas, pronunciamentos, interpretações e orientações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. As políticas, práticas e critérios contábeis foram consistentemente adotados na elaboração dessas demonstrações contábeis em todos os períodos apresentados. Os efeitos da adoção das IFRS estão apresentados em notas explicativas.

Algumas informações adicionais estão sendo apresentadas em notas explicativas e quadros suplementares em atendimento às instruções contidas nos Despachos emitidos pela Superintendência de Fiscalização Econômico-Financeira da Aneel.

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de estimativas contábeis, baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis.

A moeda funcional da empresa é o Real e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de reais. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores. Desta forma, os valores em milhares apresentados quando somados podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados.

Contratos de Concessão (ICPC 01 e OCPC 05)

Essa interpretação prevê que a infraestrutura da concessão não pode ser reconhecida como ativo Imobilizado, uma vez que se considera que o concessionário não controla os ativos subjacentes, passando a ser reconhecida de acordo com os modelos contábeis previstos na interpretação, dependendo do tipo de compromisso de remuneração do concessionário assumido junto ao concedente, conforme contrato estabelecido entre as partes, que são os modelos de Ativo Financeiro, do Ativo Intangível e modelo Bifurcado.

Na geração e na distribuição de energia elétrica aplica-se o modelo “bifurcado” em virtude das empresas do segmento serem remuneradas: pelo poder concedente, no tocante ao valor residual da infraestrutura ao final do contrato de concessão; e pelos usuários, pela parte que lhes cabe dos serviços de construção e pela prestação do serviço de fornecimento de energia elétrica.

5. Práticas Contábeis Específicas do Setor

5.1 – Plano de Contas - A Companhia adota o plano de contas contido no Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica (MCSE), o qual é instituído por Resolução da ANEEL.

5.2 – Ativos e passivos regulatórios – A CVA - Compensação de Variação dos Itens da Parcela – A, ativos e passivos regulatórios, são despesas dos encargos setoriais pagas antecipadamente ou receitas não incluídas na tarifa. São apropriados ao resultado a medida em que, a receita ou despesa correspondente for faturada.

Trata-se de valores realizáveis ou exigíveis em decorrência do contrato de concessão, que tem como objetivo, dentre outros, assegurar o equilíbrio econômico financeiro da concessão e apresentar a realização dos componentes tarifários e da efetiva remuneração com obediência ao Pressuposto Básico da Competência, no processo de confrontação das despesas com as receitas entre os períodos contábeis.

5.3 – Ativo imobilizado e depreciação – Os ativos imobilizados são registrados ao custo de aquisição, construção ou formação, e estão deduzidos da depreciação acumulada.

Bens e instalações são cadastrados e controlados pela concessionária e permissionária em sistemas auxiliares, por meio de Unidade de Cadastro - UC e Unidade de Adição e Retirada - UAR, por Ordem de Imobilização - ODI, conta contábil, data de sua transferência (capitalização) para o Imobilizado em Serviço.

A Depreciação é calculada pelo método linear, em contrapartida ao resultado do exercício, tomando-se por base os bens registrados nas UC - Unidades de Cadastro, conforme resolução Aneel 674/15 da Aneel. As taxas anuais estão estabelecidas em tabela anexa a esta resolução.



Os ganhos e perdas na alienação/baixa de um ativo imobilizado são apurados pela comparação dos recursos advindos da alienação com o valor contábil do bem, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas/despesas operacionais.

Em função do disposto na IG 36 do Plano de Contas, os juros e encargos financeiros relativos a financiamentos, quando efetivamente aplicados no imobilizado em curso, estão registrados como custo neste subgrupo.

5.4 - Obrigações especiais vinculadas à concessão - são registradas pelos valores recebidos de consumidores e órgãos públicos para a realização de obras necessárias ao atendimento de fornecimento e estão vinculadas ao imobilizado. O prazo de vencimento dessas obrigações é aquele estabelecido pelo Órgão Regulador, cuja quitação ocorrerá ao final da concessão.

As obrigações especiais estão sendo amortizadas às mesmas taxas de amortização dos bens que compõem a infraestrutura, usando-se uma taxa média, a partir do segundo ciclo de revisão tarifária periódica.

5.5 - Reserva de avaliação – A reserva de avaliação está representada pelo registro das avaliações regulatórias compulsórias, com base nas Revisões Tarifárias Periódicas, cuja contrapartida está vinculada aos bens do ativo imobilizado que lhe deram origem e obrigações Especiais. Sua movimentação ocorre pela baixa dos bens que a geraram, bem como pelos encargos de depreciação.

6. Práticas Contábeis Gerais

6.1 - Caixa e Equivalentes de Caixa - Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com vencimentos originais de 90 dias. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício, com liquidez imediata, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

6.2 - Consumidores, Contas a receber de clientes e outros - estão apresentadas líquidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD reconhecida em valor considerado suficiente pela administração para cobrir as prováveis perdas na realização das contas a receber de consumidores e títulos a receber cuja recuperação é considerada improvável.

6.3 - Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa - é constituída com base nos valores a receber de consumidores: residenciais vencidos a mais de 90 dias; comerciais vencidos há mais de 180 dias; industriais, rurais poderes públicos e demais vencidos a mais de 360 dias, de acordo com o que prevê o Manual de Contabilidade do serviço Público de Energia elétrica. As provisões atendem as expectativas da Administração, considerando suficientes para cobrir as perdas prováveis na realização das contas a receber.

6.4 - Estoques - estão registrados ao custo médio de aquisição e não excedem os seus custos de reposição ou valores de realização.

6.5 - Cauções e Depósitos Vinculados – referem-se a garantias prestadas, para atendimento as exigências legais, vinculados a processos judiciais.

6.6 - Receitas de fornecimento de energia elétrica - são reconhecidas pelo faturamento mensal de acordo com o calendário de leitura. A receita não faturada, correspondente ao período não lido, é estimada e reconhecida como receita do mês em que a energia foi consumida.

6.7 - Fornecimento de energia elétrica não faturado - até 31/12/22 foi contabilizado com base no regime de competência considerando o número de dias decorridos desde a última leitura até o último dia do mês, com base no consumo da última fatura e estão demonstrados na conta Consumidores.

6.8 - Receita e Custo de Construção – O ICPC 01 estabelece que a concessionária de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos 17 – Contratos de Construção (serviços de construção e melhoria) e CPC 30 – Receitas (serviços de operação/fornecimento de energia elétrica, mesmo quando rigidos por um único contrato de concessão).

A Concessionária contabiliza Receitas e Custos relativos a serviço de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica.

A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a “zero”, considerando que:

- A atividade-fim da Concessionária é a distribuição de energia elétrica;
- Toda a receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura sua atividade-fim.

Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas no Ativo Intangível em curso é transferida para o resultado, como receita e custo de construção.

6.9 - Programas de Pesquisa e Desenvolvimento – P&D e Eficiência Energética – PEE - São programas de investimentos em pesquisa e desenvolvimento e em eficiência energética, para os quais as concessionárias de energia elétrica estão obrigadas a destinar 1% de sua receita operacional líquida, conforme Lei nº 9.991/00 e regulamentação nas Resoluções Aneel nº 300/08 e 316/08.



6.10 - A provisão sobre as férias vencidas e/ou proporcionais; 13º Salário e 1/3 sobre Férias - estão apresentados na conta "Obrigações Sociais e Trabalhistas" no Passivo Circulante.

6.11 - Ativo Financeiro – Indenizável (concessão) – refere-se à parcela não amortizada até o final da concessão, dos investimentos realizados em infraestrutura e em bens essenciais para a prestação do serviço público que estejam vinculados ao contrato de concessão. Esses investimentos não amortizados serão revertidos ao poder concedente ao término do prazo de concessão mediante o pagamento de indenização. Ao longo do contrato de concessão o ativo indenizável é remunerado pelo custo médio ponderado de capital (WACC) regulatório, utilizado no cálculo dos componentes da tarifa de distribuição de energia elétrica da companhia. Este registro decorre da aplicação da Interpretação Técnica ICPC-01 e da orientação OCPC 05 emitidas pelo CPC para os contratos de concessão.

6.12 - Ativos Intangíveis – Compreende o direito de uso da infraestrutura, construída ou adquirida pelo operador ou fornecida para ser utilizada pela outorgante como parte do contrato de concessão do serviço público de energia elétrica e consequentemente direito de cobrar dos usuários do serviço público por ela prestado ao longo da concessão. Estão em consonância com o CPC 04 (Ativos Intangíveis), ICPC 01 (contratos de Concessão) e OCPC 05 (contratos de Concessão). Os contratos de concessão têm vida útil finita e o ativo deverá ser completamente amortizado ao término da concessão. São avaliados ao custo de aquisição, incluindo capitalização de custos de empréstimos e remuneração das imobilizações em curso, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

6.13 - Provisão para o Imposto de Renda e Contribuição Social - é calculada conforme legislação vigente, sobre lucro real anual, e reconhecido o diferimento em função de diferenças intertemporais.

6.14 - Despesas pagas antecipadamente - são compostas por valores efetivamente desembolsados e ainda não incorridas.

6.15 - Aplicações Financeiras - estão demonstradas ao custo da aplicação, acrescidos dos rendimentos correspondentes até a data do balanço.

6.16 - Pis/Cofins – A tributação nas receitas, é pela não cumulatividade, estando sujeitas as alíquotas de 1,65% para o Pis e 7,60% para a Cofins.

6.17 - Ajuste de Avaliação Patrimonial - A Lei 11.638/07 determinou que periodicamente as empresas devem reavaliar seus Ativos e Passivos e proceder ajustes que devem ser lançados na conta Ajuste de Avaliação Patrimonial no Patrimônio Líquido. Consoante ao que determina a NBC TG 01 (R4), que trata da redução de ativos ao seu valor recuperável, apesar de não ter sido elaborado trabalho técnico específico.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, não houve indicativo de deterioração e em função disso a Companhia não efetuou análise para seus ativos.

6.18 - Empréstimos e financiamentos - As obrigações desta natureza estão em moeda nacional, atualizadas pela variação monetária e pelas taxas efetivas de juros, incorridas até a data dos balanços, de acordo com os termos dos contratos financeiros, deduzidas dos custos de transação incorridos na captação dos recursos.

6.19 - Fornecedores - As contas a pagar aos fornecedores e prestadores de serviços são obrigações referentes a bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios. Contempla, principalmente, os saldos a pagar relativos a aquisição de energia elétrica e de encargos de uso da rede elétrica.

6.20 - Encargos setoriais - São obrigações a recolher, derivadas dos encargos do consumidor de energia elétrica, estabelecidos em lei federal e normatizados pela Agencia Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

6.21 - Dividendos - A política de reconhecimento contábil de dividendos está em consonância com as normas previstas no CPC 25 e ICPC 08, as quais determinam que os dividendos propostos a serem pagos e que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante.

O estatuto social da Companhia estabelece que, no mínimo, 25% do lucro líquido anual seja distribuído à título de dividendos.

Desse modo, no encerramento do exercício social e após as compensações de prejuízos acumulados e as devidas destinações legais, a Companhia registra provisão equivalente ao dividendo mínimo obrigatório, no passivo circulante, e os dividendos propostos excedentes ao mínimo obrigatório como dividendo adicional proposto, no patrimônio líquido.

6.22 - Provisões - A Companhia registrou provisões, as quais envolvem considerável julgamento por parte da Administração, para contingências fiscais, trabalhistas e cíveis que como resultado de um acontecimento passado, é provável que uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação.

A Companhia também está sujeita a várias reivindicações, legais, cíveis e processos trabalhistas cobrindo uma ampla faixa de assuntos que advém do curso normal das atividades de negócios. O julgamento da Companhia é baseado na opinião de seus consultores legais.



As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

6.23 - Demais direitos e obrigações - Outros ativos e passivos, circulantes e não circulantes sujeitos à variação monetária por força de legislação ou cláusulas contratuais e estão corrigidos com base nos índices previstos nos respectivos dispositivos, de forma a refletir os valores atualizados até a data das demonstrações contábeis. Os demais estão apresentados pelos valores incorridos na data de formação, sendo os ativos reduzidos de provisão para perdas e/ou ajuste a valor presente, quando aplicável.

6.24 - Questões ambientais - A Companhia capitaliza gastos referentes a demandas ambientais exigidos pelos órgãos públicos competentes, para concessão das respectivas licenças que permitirão a execução dos projetos. As demandas correspondem a compensações que devem ser realizadas para executar o projeto, visando reparar, atenuar ou evitar danos ao meio ambiente onde será realizado o empreendimento.

6.25 - Transações entre partes relacionadas - As transações de compra e venda de energia, de prestação de serviços e de mutuo são realizadas em condições e prazos firmados entre as partes e registradas de acordo com os termos contratados. As mesmas são atualizadas pelos encargos estabelecidos nos contratos.

6.26 - Demonstrações do valor adicionado - A Empresa incluiu na divulgação das suas demonstrações financeiras a Demonstração do Valor Adicionado - DVA, que tem o objetivo de demonstrar o valor da riqueza gerada e a sua distribuição entre os elementos que contribuíram para a geração dessa riqueza, tais como empregados, financiadores, acionistas, governo e outros, bem como a parcela da riqueza não distribuída.

6.27 - Apuração do resultado - As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

7. Notas Explicativas

7.1 – Caixa e Equivalentes de Caixa

O Caixa e Equivalentes de Caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e não para outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa.

Disponíveis	2022	2021
Caixa e depósitos bancários a vista	231	2.751
Aplicações Financeiras de liquidez imediata	4.797	1.426
Numerário em Trânsito	147	177
Total	5.175	4.354

7.1.1 - As Aplicações Financeiras são de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, não estando sujeitos a risco significativo de mudança de valor.

7.1.2 - Numerário em trânsito referem-se valores da arrecadação em processo de classificação em função do float bancário.

7.2 – Consumidores – Contas a Receber

Consumidores	Créditos a Receber			Total	
	Vincendos	Vencidas até 90 dias	Vencidas + 90 dias	2022	2021
Residencial	2.414	901	999	4.314	6.524
Industrial	421	93	241	755	1.225
Comércio e serviços	1.432	151	367	1.950	3.472
Rural	1.043	107	45	1.195	1.833
Poder público	129	0	0	129	235
Iluminação pública	161	0	0	161	263
Serviço público	271	0	0	271	462
Consumidor livre	816	0	0	816	1.163
Serviço taxado e outros	593	69	194	856	928
(-) Arrecadação proc. classificação	(12)	0	0	(12)	(14)
Enc. capacidade emergencial	0	0	3	3	3
Renegociação/parcelamento	645	56	382	1.083	1.094
Não faturado	2.796	0	0	2.796	3.389
Participação financeira cons.	44	144	10	198	63
Subtotal	10.753	1.521	2.241	14.515	20.640
(-) Crédito líq. duvidosa	0	0	(1.923)	(1.923)	(1.864)
Total Consumidores	10.753	1.521	318	12.592	18.776



- Após o vencimento, há a incidência de juros de 0,033% ao dia e multa de 2% sobre o valor das faturas dos consumidores em atraso.

7.2.1 – Parcelamentos

Parcelamento de débitos de consumidores referem-se à negociação de créditos vencidos junto a consumidores. Com base na melhor estimativa da Administração, para os montantes sem garantia ou sem expectativa de recebimento, foram constituídas provisões para créditos de liquidação duvidosa.

7.2.2 - Receita não faturada

correspondente ao período não lido do fornecimento de energia elétrica é estimada e reconhecida como receita do mês em que a energia foi consumida

7.2.3 – Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

A provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa foi constituída com base nos valores a receber de consumidores: residenciais vencidos a mais de 90 dias; comerciais vencidos há mais de 180 dias; industriais, rurais poderes públicos e demais vencidos a mais de 360 dias, de acordo com o que prevê o Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica. As provisões atendem as expectativas da Administração, consideradas suficientes para cobrir as perdas prováveis na realização das contas a receber.

Composição	2022	2021
Residencial	1.103	970
Industrial	172	164
Comercial	394	353
Rural	43	41
Outros	211	336
Total	1.923	1.864

7.3 – Serviços em Curso

Referem-se aos custos dos programas de Pesquisa e Desenvolvimento – P&D e Eficiência Energética - PEE em andamento, apurados através de Ordem de Serviço - ODS, sendo:

Composição	2022	2021
Pesquisa e desenvolvimento	0	0
Eficiência energética	33	0
Outros	62	26
Total	95	26

7.4 – Tributos a Compensar

A empresa, por força de determinações legais teve e/ou procedeu retenções/antecipações para posterior compensação de tributos e contribuições sociais.

Impostos	Circulante		Não Circulante	
	2022	2021	2022	2021
Icms – compras do ativo imobilizado	218	139	0	274
Icms – Subvenções consumidores	437	269	0	43
Pis/Cofins	0	199	0	30.927
Imposto de Renda/Contribuição Social	2	3	0	0
Total	657	610	0	31.244

- Icms compras do ativo imobilizado: refere-se aos créditos de ICMS originados das aquisições dos equipamentos e materiais para o ativo intangível e imobilizado, realizáveis nos próximos 48 meses mediante as compensações mensais com o imposto incidente sobre a venda de energia elétrica aos consumidores.

- Icms sobre subvenções consumidores: refere-se a cobrança de icms pelo Estado do Rio Grande do Sul, sobre as subvenções tarifárias recebidas.

- Imposto de renda retido na fonte e contribuições: originado basicamente de retenções realizadas sobre rendimentos de aplicações financeiras e do fornecimento de energia elétrica aos órgãos públicos, serão compensados com as antecipações mensais de IRPJ e Contribuição Social.

- Imposto de renda e contribuição social: O saldo de Imposto de renda e contribuição social, refere-se a valores pagos na modalidade estimativa a maior, a serem compensados com os impostos devidos.

- Pis/Cofins, créditos da exclusão do Icms da base do Pis/Cofins conforme processo Judicial 5000174-80.2012.4.04.7104/RS, com trânsito em julgado em 20/10/20 e Despacho Decisório RFB nº 1268 em 23/07/21 no valor



atualizado de R\$35.103.644,20. Valor original no período de 02/2007 a 10/2020 de R\$23.734.642,54. Valores compensados de jul/21 a dez/22 R\$17.724.890,96.

7.5 – Depósitos Judiciais e Cauções

Estão classificados neste grupo os depósitos judiciais recursais à disposição do juízo para permitir a interposição de recurso, nos termos da lei.

Depósitos	Circulante		Não Circulante	
	2022	2021	2022	2020
Ações cíveis	0	3	0	0
Ações trabalhistas	0	0	66	61
Total	0	3	66	61

7.6 – Ativos e Passivos Financeiros Setoriais

A conta de compensação dos valores da parcela A – CVA é o mecanismo destinado a registrar as variações de custos relacionados à compra de energia e encargos regulatórios, ocorridas no período entre reajustes tarifários anuais e/ou revisões periódicas, de modo a permitir maior neutralidade no repasse dessas variações para as tarifas. A Companhia contabilizou as variações destes custos como ativo e passivo financeiro setorial, conforme demonstrado a seguir:

Composição	CVA 2022			CVA 2021		
	Ativa	Passiva	Líquida	Ativa	Passiva	Líquida
Custo de aquisição de energia	3.225		3.225	5.399		5.399
Proinfa	426	32	394	182	40	142
Transporte energia - rede básica	842		842	118		118
Transporte energia - Itaipu	253		253	468		468
Conta de desenvolvimento energético - CDE	2.201	3	2.198	551	593	(42)
Encargos de Serviço – ESS	850	1.010	(160)	3.246	284	2.962
Neutralidade da parcela A	782	167	615	0	917	(917)
Sobrecontratação de energia	234	148	86	240	903	(663)
Devoluções tarifárias		12.144	(12.144)	0	459	(459)
Outros – Antecipação Parcela B – Cta Covid		1.635	(1.635)	0	0	0
Total	8.813	15.139	6.326	10.204	3.196	7.008

Ativos e Passivos regulatórios	Circulante		Não Circulante	
	2022	2021	2022	2021
Ativos				
Ativos regulatórios – em recuperação	6.731	7.320	0	0
Ativos regulatórios – em formação	2.082	4.459	0	0
(-) Amortização conta Covid	0	(1.575)	0	0
Total do Ativo	8.813	10.204	0	0
Passivos				
Passivos regulatórios – em recuperação	14.284	2.165	0	0
Passivos regulatórios – em formação	855	926	0	0
(-) Amortização conta Covid	0	105	0	0
Total do Passivo	15.139	3.196	0	0
Líquido	(6.326)	7.008	0	0

- Os referidos custos integram a base dos reajustes tarifários e são apropriados ao resultado, à medida que a receita correspondente é faturada aos consumidores conforme determinado na legislação e disposições da Aneel. O saldo dessa conta é atualizado com base na taxa de juros da Selic.

- Dos valores constantes nos itens Devoluções tarifárias e Passivos regulatórios em recuperação, R\$11.380 se referem aos créditos de pis/cofins que estão sendo devolvido aos consumidores, conforme Ofício Circular 319/2021–SFF/SRM/SGT/ANEEL, Consulta Pública 018/22 e Resolução Homologatória 3070/22, referente ao processo administrativo 48500.001747/2020-22.

- Em recuperação: representado pelos custos não gerenciáveis capturados em períodos tarifários anteriores e repassados à tarifa de energia elétrica para o período de 2022/2021.

- Em formação: é composto pelos custos não gerenciáveis da parcela A apurados no período de 22 de julho de 2022 a 31 de dezembro 2022 os quais deverão integrar o próximo reajuste das tarifas em 2022.



7.7 – Investimentos temporários

O valor aplicado refere-se a títulos de Capitalização, com depósitos mensais em 60 meses. O capital é atualizado pela taxa de remuneração básica, aplicada a Caderneta de Poupança.

Banco	Prazo resgate	Circulante		Não Circulante	
		2022	2021	2022	2021
Banrisul – Cap Mais	09/06/26	0	0	33	21
Banrisul – Cap Conquista	09/10/23	106	0	0	71
Total		106	0	33	92

7.8 – Créditos a receber

Composição	2022	2021
Parcelamentos de contas de energia	263	170
Empregados	119	104
Rendas a receber	861	128
Subsídios tarifários	3.657	1.724
Adiantamento a fornecedores	199	230
Serviços a receber	164	130
Outros	50	119
Soma	5.313	2.605
(-) Crédito liquidação duvidosa	(109)	(109)
Total	5.204	2.496

7.8.1 - Subsídios tarifários

Referem-se aos descontos na tarifa e custos de energia, valor a ser repassado pela Eletrobrás e Ccee a título de ressarcimento aos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, conforme Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, redação dada pela Medida Provisória nº 605, de 23 de janeiro de 2013, e Decreto nº 7.891, de 23 de janeiro de 2013.

Resolução homologatória	Competência	Valor Anual
Aneel 2897/21	Jul-21 a Jun/22	9.367
Aneel 3070/22	Jul/22 a Jun/23	11.185

7.9 – Estoque

Os materiais em estoque estão registrados ao custo médio de aquisição e destinam-se para manutenção, recuperação e construção do sistema elétrico e consumo interno.

Composição do Estoque	2022	2021
Manutenção do sistema	247	180
Construção	4.096	2.397
Consumo interno	217	233
Outros	157	13
Total	4.717	2.823

7.10 – Despesas Antecipadas

Despesas	Circulante	
	2022	2021
Prêmios de seguros	55	20
Impostos	79	24
Outras	4	4
Total	138	48

7.11 – Outros Créditos - Longo Prazo

Composição dos créditos	2022	2021
Créditos a receber	5.545	1.601
Fornecedores - Contratuais	575	536
Convênios de arrecadação	206	206
Subtotal	6.326	2.343
(-) Crédito liquidação duvidosa	(6.123)	(2.139)
Total	203	204



7.12 – Ativo Intangível e Financeiro

7.12.1 - Pela formação/Natureza

Formação	Em milhares de Reais							
	Intangível		Ativo Financeiro		Avaliação		Total	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Intangíveis	0	0	2.664	2.664	1.498	(283)	4.162	2.381
Terrenos	0	0	17	17	2.446	1.446	2.463	1.463
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.115	1.189	3	3	457	2.196	1.575	3.388
Máquinas e equipamentos	45.960	45.007	4.596	4.014	32.351	24.039	82.907	73.060
Veículos	2.506	776	0	0	23	(200)	2.529	576
Móveis e utensílios	95	23	0	0	17	46	112	69
Em curso	1.124	1.250	0	0	0	0	1.124	1.250
	50.800	48.245	7.280	6.698	36.792	27.244	94.872	82.187
(-) Obrigações especiais	(4.731)	(4.010)	(4.292)	(4.480)	(14.452)	(2.190)	(23.475)	(10.680)
Total	46.069	41.129	2.988	2.218	22.340	25.054	71.397	71.507

• A agência reguladora, Aneel, é responsável por estabelecer a vida útil-econômica estimada de cada bem integrante da infraestrutura de distribuição, para efeitos de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor de indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo de concessão. O valor residual de cada bem que ultrapassa o prazo de vencimento da concessão está alocado como concessão do serviço público (Ativo Financeiro).

• Em conformidade com a Interpretação Técnica ICPC 01, foi registrado no Ativo Intangível, a parcela da infraestrutura que será utilizada durante a concessão, composta pelos ativos da distribuição de energia elétrica, líquidos das participações de consumidores (obrigações especiais).

Ativo Imobilizado	Bruto	2022		2021	
		Depreciação e amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido	
Em serviço					
Distribuição					
Custo histórico	88.933.873,41	30.974.321,96	57.959.551,45	54.086.492,64	
Reavaliação	56.198.682,81	21.864.197,20	34.334.485,61	7.135.069,76	
Administração					
Custo histórico	4.772.662,29	2.788.838,36	1.983.823,93	1.824.407,67	
Reavaliação	3.654.190,57	1.199.077,91	2.455.112,66	1.862.127,89	
	153.559.409,08	56.826.435,43	96.732.973,65	64.908.097,96	
Em curso					
Distribuição			1.124.394,18	1.249.634,32	
			1.124.394,18	1.249.634,32	
	153.559.409,08	56.826.435,43	97.857.367,83	66.157.732,28	



7.12.2 – Investimentos realizados

Tipo de unidade de cadastro	Código UC	2022		2021	
		Quantidade	R\$	Quantidade	R\$
Postes	255	762	1.878	877	1.660
Condutores	190	44.275	840	41.512	681
Regulador de tensão	340	5	77	17	510
Medidores	295	3.676	975	4.226	862
Transformador de distribuição	565	148	1.123	133	682
Transformadores de medida	575	13	24	33	51
Equipamento geral e informática	230/235	75	408	27	892
Sistema de telemedição	485	167	217	155	194
Sistema de aterramento	395	1.077	31	1.294	24
Chave Seccionadora	160	43	58	85	42
Banco de Capacitores	125	3	27	1	5
Religadores	345	-	-	8	369
Painel de medição	305	4	14	2	3
Veículos	615	15	2.048	3	773
Urbanização e Benfeitorias	610	-	-	1	8
Total Investimentos	-	-	7.720	-	6.756

7.12.3 - Obrigações Especiais Vinculadas a Concessão

Obrigações Especiais	2022			2021		
	Vlr. Histórico	Avaliação	Total	Vlr. Histórico	Avaliação	Total
Participação financeira união, estado, mu	333	633	966	333	517	850
Participação financeira consumidor	8.351	10.764	19.115	7.523	1.955	9.478
Subvenções para investimentos	951	2.034	2.985	951	612	1.563
Universalização do serviço público	132	281	413	132	84	216
Outros	2.682	5.732	8.414	2.682	217	2.899
Total	12.449	19.444	31.893	11.621	3.385	15.006
(-) Depreciação	(4.045)	(4.991)	(9.036)	(3.614)	(1.196)	(4.810)
Em andamento	618		618	484		484
Total	9.022	14.453	23.475	8.491	2.189	10.680

• Refere-se a contribuição do Consumidor, subvenções para investimentos e incentivos fiscais recebidos para possibilitar a execução de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica, e estão vinculados ao ativo imobilizado e a concessão. Estão apresentadas como redução do Ativo Imobilizado, de acordo com o item 6.3.23 do MCSE.

• A partir de julho de 2008, a empresa passou a registrar as quotas de reintegração dos valores dos bens constituídos com recursos das Obrigações Especiais, independentemente da data da sua formação, tendo seus efeitos anulados no resultado contábil, conforme Despacho 3073/2006.

• Em função da Revisão Tarifaria Periódica de 2022 as Obrigações Especiais tiveram um impacto líquido de R\$12.529.886,39.

7.12.4 - Avaliação Patrimonial

Avaliação Patrimonial	2022			2021		
	VNR	Depreciação	VMU	VNR	Depreciação	VMU
Intangíveis	1.636	138	1.498	162	(445)	(283)
Terrenos	2.446	0	2.446	1.446	0	1.446
Edificações	3.105	2.648	457	3.989	(1.793)	2.196
Maquinas e equipamentos	52.653	20.301	32.351	42.976	(18.937)	24.039
Veículos	(116)	(139)	23	2.359	(2.559)	(200)
Móveis e utensílios	270	253	17	57	(11)	46
Totais	59.994	23.201	36.792	50.989	(23.745)	27.244

• A Companhia registrou complemento de seu ativo imobilizado, conforme, decorrente da aplicação da mensuração pelo Valor Novo de Reposição – VNR em contrapartida ao Patrimônio Líquido.



7.12.5 – Cálculo da Depreciação

A Depreciação é calculada pelo método linear, em contrapartida ao resultado do exercício, tomando-se por base os bens registrados nas UC - Unidades de Cadastro, conforme resolução Aneel 674/15 da Aneel. As taxas anuais estão estabelecidas em tabela anexa a esta resolução.

As taxas estabelecidas pela Aneel são utilizadas nos processos de revisão tarifária, cálculo de indenização ao final da concessão e são reconhecidas como uma estimativa razoável da vida útil dos ativos da concessão. Desta forma, estas taxas foram utilizadas como base para a avaliação e amortização do ativo intangível.

As principais taxas anuais de depreciação por macroatividade, de acordo com a Resolução Normativa ANEEL nº 674, de 11 de agosto de 2015, estão demonstradas a seguir:

	Taxas Anuais de depreciação
Distribuição	
Banco de capacitores	6,67%
Chave de distribuição - seccionadora tensão igual ou superior a 69 kV	3,33%
Chave de distribuição - seccionadora tensão igual ou superior a 69 kV	3,33%
Chave de distribuição - seccionadora tensão inferior a 69 kV	6,67%
Condutor – classe de tensão igual ou superior a 69 kV	2,70%
Condutor – classe de tensão inferior a 69 kV	3,57%
Estrutura do sistema – poste	3,57%
Estrutura do sistema – Torre	2,70%
Regulador de tensão - igual ou superior a 69 kV	3,45%
Regulador de tensão - inferior a 69 kV	4,35%
Transformador de distribuição – Aéreo	4,00%
Transformador de Força	2,86%
Transformador de medida – corrente igual ou superior a 69 kV	3,33%
Transformador de medida – corrente inferior a 69 kV	4,35%
Administração central	
Edificações	3,33%
Veículos	14,29%
Equipamentos gerais	6,25%
Móveis e Utensílios	6,25%

7.12.6 - Dos Bens Vinculados a Concessão

De acordo com os Art. 63 e 64 do Decreto no. 41.019 de 26/02/57, os bens e instalações utilizados na produção, transmissão e distribuição de energia elétrica, são vinculados a esses serviços, não podendo os mesmos, serem retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do órgão do poder concedente.

A desvinculação dos bens é regulamentada pela Resolução 020/99 da Aneel, que concede autorização prévia para desvincular bens inservíveis a concessão, quando destinados a alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

Para efeitos de apresentação das Demonstrações Contábeis, os bens vinculados estão sendo apresentados como Ativo Imobilizado, conforme orientação no despacho Aneel 4.097 de 30/12/10, que não recepcionou a aplicação do ICPC 01.

7.13 – Passivo Circulante e Não Circulante

7.13.1 - Fornecedores

Fornecedores	2022			2021		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Suprimento de energia elétrica	4.307	0	4.307	4.152	0	4.152
Compra de energia elétrica	167	0	167	3.101	0	3.101
Encargos de uso da rede	1.545	0	1.545	1.087	0	1.087
Materiais, serviços e outros	1.786	0	1.786	1.233	0	1.233
Total	7.805	0	7.805	9.573	0	9.573



7.13.2 Tributos

Tributos	2022			2021		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Icms - faturamento	382	969	1.351	1.219	969	2.188
Icms - parcelamento	1.694	1.007	2.701	2.646	2.476	5.122
Inss	271	0	271	254	0	254
Imposto de renda e contribuição social	1.088	0	1.088	2.218	0	2.218
Fgts	84	0	84	108	0	108
Pis-Pasep/Cofins	707	0	707	710	0	710
Pis-Pasep/Cofins – parcelamento	303	1.001	1.304	28	47	75
Outros	53	0	53	50	0	50
Total	4.582	2.977	7.559	7.233	3.492	10.725

• Icms faturamento circulante: refere-se ao saldo a recolher do faturamento mensal com vencimento no dia 27 do mês e o saldo no dia 10 do mês seguinte. Icms não circulante: refere-se a cobrança de icms pelo Estado do Rio Grande do Sul, sobre as subvenções tarifárias recebidas no período de janeiro de 2013 a janeiro de 2020.

• Icms Parcelamento - referem-se a débitos de icms sobre o faturamento de consumo de energia elétrica e cobrança de icms sobre as subvenções tarifárias recebidas no período de janeiro de 2013 a agosto de 2018.

Em abril de 2017, a Companhia aderiu ao novo programa de parcelamento do ICMS – “REFAZ 2017”, instituído pelo Decreto 53417/17 do governo estadual, referente a débitos já parcelados e débitos em atraso. O Programa prevê parcelamentos em até 60 ou 120 meses, dependendo da idade do débito, deduzindo-se as parcelas pagas em parcelamentos anteriores.

Em agosto de 2021 a empresa parcelou o débito de cobrança de icms pelo Estado do Rio Grande do Sul, sobre as subvenções tarifárias recebidas no período de janeiro de 2013 a agosto de 2018 em 36 meses.

• Pis/Cofins parcelados - Débitos de compensações de créditos não aceitos pela Receita Federal, parcelados em 120 meses, com juros de 1% e correção pela Selic.

• Demais tributos referem-se ao valor provisionado ou retido no mês, para recolhimento no mês seguinte, conforme o respectivo vencimento.

7.13.2.1 – Tributos Parcelados:

Tributo	Taxas	Prazo meses	Datas		31/12/22			31/12/21		
	%		Início	Final	Circ	N.Circ	Total	Circ	N.Circ	Total
Icms	Selic	120m	31/08/13	31/01/22	0	0	0	719	0	719
Icms	Selic	120m	31/08/15	30/06/23	491	0	491	816	461	1.277
Icms	Selic	60m	31/10/16	31/08/25	282	471	753	264	705	969
Icms	Selic	36m	25/07/21	25/06/24	921	537	1.458	846	1.340	2.186
Pis-pasep	1%am+Selic	120m	25/08/14	28/02/23	3	0	3	28	47	75
Pis-paseo/Cofins	1%am+Selic	60m	27/05/22	27/04/27	300	1.000	1.300	0	0	0
Soma					1.997	2.008	4.005	2.673	2.553	5.226

7.13.3 - Obrigações Sociais e Trabalhistas

Obrigações Trabalhistas	2022	2021
Folha de Pagamento	326	386
Provisão de férias	729	663
Provisão de gratificação 1/3 de férias	243	221
Provisão de encargos sociais	378	343
Tributos retidos na fonte	183	140
Outros	11	10
Total	1.870	1.763

• Folha de Pagamento, saldo de salários provisionados no mês de competência e pagos no mês seguinte

• Provisões - refere-se a provisão de 1/12 avos sobre os salários dos empregados; de férias vencidas e/ou proporcionais, 1/3 de férias e dos encargos sociais.

• Tributos retidos na fonte – Imposto de renda retido na fonte (Irf) e encargos sociais retidos sobre a folha de pagamento mensal, recolhidos no mês seguinte.



7.13.4 - Encargos Setoriais

Encargos Setoriais	Circulante		Não Circulante	
	2022	2021	2022	2021
Taxa de fiscalização – ANEEL	11	11	0	0
Conta de desenvolvimento energético – CDE	0	0	0	0
Encargo de Energia de Reserva – EER	380	148	0	0
Programa eficiência energética – PEE	20	577	903	0
Programa eficiência energética – Procel	106	148	0	0
Programa pesquisa e desenvolvimento – P&D	10	133	276	0
Programa pesquisa e desenvolvimento – Fndct	33	40	0	0
Programa pesquisa e desenvolvimento – Mme	17	20	0	0
Adicional bandeira vermelha	0	0	0	0
Total	577	1.077	1.179	0

• PEE e P&D - A Companhia reconheceu passivos relacionados a valores já faturados em tarifas (1% da Receita Operacional Líquida), mas ainda não aplicados nos Programas de Eficiência Energética – PEE e Pesquisa e Desenvolvimento – P&D, atualizados mensalmente, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização, com base na taxa Selic, conforme as Resoluções Aneel n°. 300/2008 e 316/2008.

• Bandeiras Tarifárias - visam refletir por meio de uma sinalização de fácil assimilação pelos consumidores (analogia a um semáforo) os custos variáveis da geração de energia elétrica que, até antes de sua implementação, somente eram repassados às tarifas de energia nos reajustes tarifários ordinários das distribuidoras. Além de garantir a cobertura dos custos variáveis de energia às distribuidoras, o mecanismo tem um papel fundamental de sinalizar à população os custos reais de geração de energia elétrica proporcionando que esta possa promover alterações de hábitos voltados à realização de um consumo consciente de energia.

Saldo dos programas Pee e P&d	2022				2021		
	A aplicar	A recolher	Em aplicação	Saldo a aplicar	A aplicar	Em aplicação	Saldo Líquido
Pee	597	20	33	544	577	0	577
P&d	143	10	0	133	133	0	133
Fndtc	33	33	0	0	40	0	40
Mme	17	17	0	0	20	0	20
Procel	106	106	0	0	148	0	148
Total	896	186	33	677	918	0	918

7.13.5 Outras Obrigações

Outras obrigações	2022	2021
Multas regulatórias	172	239
Convênios arrecadação por conta terceiros	280	400
Consumidores	4.701	1.212
Cauções/Outras	0	0
Total	5.153	1.851

• Os convênios de arrecadação são instrumentos utilizados pela empresa para cobrança na conta do consumidor de contribuições a favor das conveniadas. O item de maior volume refere-se a Contribuição para o Custeio da Iluminação Pública, instituída pela Emenda Constitucional 39/2002 destinada ao custeio do consumo e manutenção de energia elétrica da rede de iluminação pública.

• Consumidores, referem-se a valores a serem devolvidos aos consumidores nas próximas faturas, referentes a faturas pagas em duplicidade, multas regulatórias por violações de indicadores, danos elétricos e créditos de geração distribuída.

7.13.6 - Empréstimos e Financiamentos:

Os empréstimos e financiamentos obtidos são reconhecidos pelo valor justo no recebimento dos recursos e passam a ser mensurados pelo custo amortizado, sendo acrescido de encargos, juros e variações monetárias e cambiais incorridos.



Composição dos saldos dos empréstimos e financiamentos:

Credor	Taxas %	Prazo meses	Datas		2022			2021		
			Início	Final	Circ	N.Circ	Total	Circ	N.Circ	Total
Eletrobrás	5%aa+RGR	120m	09/03/12	11/05/25	934	1.323	2.257	934	2.258	3.192
Badesul	4,9%aa+TJLP	48 m	14/11/06	15/05/23	452	0	452	1.080	445	1.525
Santander	7,70%aa+CDI	60 m	17/11/15	02/08/22	0	0	0	830	0	830
Sicredi	6,80aa%+CDI	36 m	26/08/21	20/09/24	656	219	875	573	802	1.375
Sicredi Rotativo	6,80aa%+CDI	12 m	06/10/21	30/09/22	0	0	0	2.600	0	2.600
Brde	0,38aa+Selic	48 m	15/12/22	15/06/26	395	467	862	0	0	0
Banrisul	0,27aa+CDI	48 m	27/10/22	27/09/26	543	1.318	1.861	0	0	0
Total					2.980	3.327	6.307	6.017	3.505	9.522

• Os empréstimos junto a Eletrobrás e Badesul foram obtidos para investimentos em uma Linha de Transmissão – LT 69 kV TPRZ, com 46 km de extensão, 2 circuitos, 6 fases com estruturas metálicas, ligando a SE da Eletrosul em Tapera com a SE Carazinho I.

- Os empréstimos junto ao Santander e Sicredi foram obtidos para financiamento de capital de giro a curto prazo.
- Os empréstimos do Banrisul e Brde foram obtidos para financiamento da aquisição de veículos.

Os empréstimos e financiamentos contratados pela Eletrocar possuem covenants e garantias financeiras de recebíveis, cujo não cumprimento durante o período de apuração, poderá acarretar no vencimento antecipado dos contratos.

Vencimento das parcelas não circulantes dos empréstimos e financiamentos:

	2024	2025	2026	Total
Eletrobrás	934	389	0	1.323
Badesul	0	0	0	0
Sicredi	219	0	0	219
Banrisul	479	479	360	1.318
Brde	160	160	147	467
Total	1.792	1.028	507	3.327

7.13.7 – Provisões Passivas e Depósitos Judiciais:

A Companhia é parte (polo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais decorrentes do curso normal de suas atividades.

A Administração com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas e experiências em ações anteriores, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas.

Provisão Contingências	2022			2021	
	Provisão CP/LP	Dep. Jud		Provisão CP/LP	Dep. Jud
Trabalhistas	0	475	62	405	61
Cíveis	0	1.690	4	3.293	3
Outras	637	7.337	0	5.889	
Total	637	9.502	66	9.587	64

• Contingências Trabalhistas - Estão relacionadas, em sua maioria, às reclamações movidas por empregados e ex-empregados da Companhia e de empresas prestadoras de serviços relativas a questões de responsabilidade subsidiária/solidária, horas extras, indenização por acidente de trabalho, verbas rescisórias e outras.

• Contingências Cíveis - Estão relacionadas a diversas ações cíveis movidas por pessoas físicas e jurídicas, relativas a questões de indenizações por danos materiais, danos morais e lucros cessantes, acidente e outras causadas por falhas no fornecimento ou com redes de energia de energia elétrica.

• Outras - A Empresa constituiu provisão para provável cobrança em 2022/23 pela supridora de energia elétrica de valores apurados a título de penalidade de subcontratação dos montantes de energia elétrica do ano de 2018, definidos no Proret 11.1. A Empresa manifestou administrativamente sua inconformidade alegando que não se trata de aplicar a penalidade, mas sim em erro de faturamento a menor dos montantes faturados mensalmente, em função da saída da geração própria em março de 2018 para o mercado livre.

• Riscos ambientais - A Companhia está sujeita leis de preservação ambiental e considera que a exposição aos riscos, não representam impactos relevantes no resultado de suas operações.



7.14 – Patrimônio Líquido

7.14.1 – Capital Social

O Capital Social da Companhia em 31/12/22 é de R\$35.000.000,00, representado por 1.598.333 ações nominativas e sem valor nominal, sendo: 1.576.274 ações ordinárias; 22.002 ações preferenciais classe A e 57 ações preferenciais classe B, conforme composição por classe e acionistas abaixo:

Composição Acionistas	Espécie	Nº Ações			Capital Social
		2022	2021	%	R\$
Prefeitura M. de Carazinho	ON	1.514.361	1.514.361	94,7463	32.741
Roberto Neves Rodrigues	ON	49.441	15.400	3,0933	1.021
Opção RN Corretora Commodities	ON	0	34.041	0,0000	0
Prefeitura M. de Selbach	ON	12.386	12.386	0,7749	256
Prefeitura M. de Colorado	ON	86	86	0,0054	2
Diversos	PN	22.059	22.059	1,3801	980
Total		1.598.333	1.598.333	100,000	35.000

- O valor Patrimonial de cada ação em 31/12/22 é de R\$39,45 e R\$41,21 em 31/12/21

7.14.1.1 – Integralização do Capital Social

Em assembleia geral extraordinária ocorrida em 30 de abril de 2022, os acionistas aprovaram a realização de aumento do capital social da companhia, no valor de R\$14.430.000,00, passando de R\$20.570.000,00 para R\$35.000.000,00, com base em proposta dos Administradores, mediante a incorporação ao capital social da conta de Reserva de Capital e Reserva de Lucros, sem a emissão de novas ações.

7.14.1.2 – Dividendos

O Estatuto Social da Companhia é assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido ajustado. Por força do contrato de concessão a distribuição de dividendos acima dos 25% fica vinculado ao cumprimento dos parâmetros mínimos estabelecidos.

7.14.2 – Reserva de Capital

Constituída com base no cálculo da remuneração do capital próprio (JOA) sobre as imobilizações em curso.

7.14.3 – Ajuste de Avaliação Patrimonial

Os ajustes de avaliação patrimonial foram constituídos de acordo com a Res. 396/10 da Aneel tendo como base o Laudo da Base de Remuneração Extraordinária-BRR de 31/07/2022 ajustado até 31/12/22.

Avaliação	2022	2021
Valor novo de reposição	59.994	50.989
Depreciação	(23.201)	(23.745)
Obrigações especiais	(19.444)	(3.386)
Obrigações especiais – Depreciação	4.991	1.196
Total	22.340	25.054

7.14.4 – Reserva de Lucros

Reservas	2022	2021
Reserva legal	316	852
Reserva Especial – Dividendos e JCP não distribuídos	1.607	5.582
Outros	3.695	13.733
Total	5.618	20.167

- Reserva Especial – Dividendos não distribuídos, refere-se ao dividendo mínimo obrigatório (25%), a qual foi constituída com base no Art. 202, §4º da Lei das S/A, devido a situação financeira incompatível com a distribuição.
- Outros, refere-se ao saldo do lucro líquido do exercício a disposição da Assembleia Geral, a qual disporá para aumento do capital social.



7.15 – Efeitos Tributários no Resultado do Exercício

	2022	2021
Lucro do Exercício antes impostos	6.869	16.998
+ Provisões	25.633	22.944
+ Multas	296	101
+ Despesas Indedutíveis	84	98
- Reversão de provisões	(23.075)	(22.260)
- Base Negativa	0	0
Base de cálculo IR	9.807	17.881
Imposto de Renda	2.428	4.446
(-) Compensações	(80)	(99)
Contribuição Social	883	1.609
Total Tributos a recolher	3.231	5.956

7.16 – Receita Operacional

7.16.1 - Receita faturada de energia elétrica por classe de consumo e demais receitas:

Classes	Nº Consumidores		MWh		Reais	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Fornecimento Faturado:						
Residencial	31.205	30.819	69.469	66.807	55.972	63.444
Industrial	156	164	57.125	58.292	18.473	20.013
Comercial	3.919	3.888	43.569	41.514	30.813	35.652
Rural	3.687	3.728	23.768	23.976	14.410	14.874
Poder público	459	429	4.234	3.517	3.346	3.222
Iluminação pública	10	10	5.464	5.522	2.472	2.844
Serviço público	28	29	6.260	5.892	4.100	4.598
Consumo próprio	5	5	218	228	0	0
Receita Faturada E. Elétrica	39.469	39.072	210.107	205.748	129.586	144.647
Fornecimento Não faturado					(594)	417
Excedente reativos/ultrapassagem					(726)	(469)
Receita de Energia Elétrica		39.072		205.748	128.266	144.595
Demais receitas:						
Suprimento de energia	-	-	-	-	212	249
Receita de construção	-	-	-	-	6.481	5.702
Subsídios tarifários	-	-	-	-	15.481	9.256
Receita de compensação tarifária	-	-	-	-	6.738	10.217
Outras receitas	-	-	-	-	3.248	2.142
Receita Operacional Bruta	-	-	-	-	160.426	172.161

7.16.2 - Receitas de fornecimento de energia elétrica são reconhecidas pelo faturamento mensal de acordo com o calendário de leitura.

Em 2021 as tarifas foram reajustadas na média em 4,24% e 4,70% em 2020.

7.16.3 - Receita não faturada, correspondente ao período não lido do fornecimento de energia elétrica é estimada e reconhecida como receita do mês em que a energia foi consumida.

7.16.4 – Excedentes de Reativos e Ultrapassagem de Demanda, conforme Res. 463 de 22/11/11 da Aneel, submódulo 2.7 – Outras Receitas, as receitas auferidas com a ultrapassagem de demanda e excedentes de reativos, deverão ser contabilizadas como Obrigações Especiais.

7.16.5 - Receita de Construção - O ICPC 01 estabelece que a concessionária de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos 17 – Contratos de Construção (serviços de construção e melhoria) e CPC 30 – Receitas (serviços de operação/fornecimento de energia elétrica, mesmo quando regidos por um único contrato de concessão). A Concessionária contabiliza Receitas e Custos relativos a serviço de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica.

7.16.6 - Subsídios tarifários - Receita reconhecida em decorrência dos subsídios incidentes nas tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, incluindo subsídios de baixa renda, que são reembolsados pela CCEE.



7.16.7 – Receita de compensação tarifária - Os Ativos e Passivos Financeiros, incluído na conta de Compensação da Variação dos Custos da “Parcela A” – CVA, destinam-se a contabilização dos custos não gerenciáveis, assim definidos pela Aneel, e ainda não repassados às tarifas de fornecimento de energia elétrica.

7.17 – Outras Receitas

Receitas	2022	2021
Renda da prestação de serviços	6	23
Serviço taxado	434	419
Compartilhamento de Infraestrutura	2.490	1.397
Aluguel Equipamentos	7	10
Arrecadação de convênios	30	49
Lucro na alienação/desativação	255	182
Outras	26	62
Total	3.248	2.142

7.18 – Deduções a Receita Operacional

7.18.1 - Encargos Setoriais

Encargos do consumidor	2022	2021
Taxa de fiscalização	137	131
Conta de desenvolvimento energético – CDE	18.673	11.553
Bandeiras Tarifárias	3.362	1.064
Programa de eficiência energética	473	501
Programa de pesquisa e desenvolvimento	473	501
Encargo do Serviço do Sistema – ESS	0	2.502
Total	23.118	16.252

7.18.1.1 - Bandeiras Tarifárias

Conforme o Decreto nº 8.401, de 4 de fevereiro de 2015, foi criada a Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias - CCRBT, destinada a administrar os recursos decorrentes da aplicação das bandeiras tarifárias instituídas pela Aneel, a Agência Nacional Reguladora de Energia Elétrica, que lançou o Sistema de Bandeiras Tarifárias com vigência a partir de 1º de janeiro de 2015 para as Concessionárias, com a finalidade de sinalizar aos consumidores as condições de geração de energia elétrica no Sistema Interligado Nacional – SIN, por meio da cobrança de valor adicional à Tarifa de Energia. O sistema de Bandeiras Tarifárias possui três faixas i) Bandeira Verde, o que significa condições favoráveis de geração de energia e o consumidor não possui cobrança adicional pela utilização da energia; (ii) Bandeira Amarela a qual representa condições menos favoráveis e um adicional na cobrança na utilização de energia e a (iii) Bandeira Vermelha que sinaliza condições desfavoráveis e custosas para a geração, com um acréscimo maior no faturamento.

7.18.1.2 – Programa de Eficiência Energética e Pesquisa e Desenvolvimento - PEE e P&D

PEE e P&D - A Companhia reconhece passivos relacionados a valores faturados em tarifas, referentes a 1% da Receita Operacional Líquida, conforme as Resoluções Aneel nº. 300/2008 e 316/2008.

7.18.2 - Impostos

Impostos	2022	2021
Icms	21.250	36.853
Cofins	10.161	9.464
Pis/pasep	2.206	2.062
Iss	55	44
Total	33.672	48.423
Total das deduções (encargos + impostos)	56.790	64.675

• As alíquotas de Icms aplicadas pelo estado RS são:

- Residencial até 50 Kwh	- 12%	- Residencial acima 50 kwh-	30%
- Industrial	- 18%	- Comercial	- 30%
- Rural até 100 kwh	- Isento	- Rural acima 100 Kwh	- 12%
- Poder Público	- 30%	- Iluminação Pública	- 20%
- Serviço Público	- 30%		

• As alíquotas de Pis/Cofins aplicadas, regime não cumulativo, são: Pis: 1,65% e Cofins: 7,60% para as receitas operacionais; para as receitas financeiras são de 0,65% e 4% respectivamente. As alíquotas de Iss são de 3%.



7.19 – Energia Elétrica Comprada para Revenda

Custos com Energia	Em Mwh		Em R\$	
	2022	2021	2022	2021
Energia comprada	158,880	164,503	34.145	45.052
Encargos de uso da rede			15.048	13.146
Geração distribuída			10.846	4.795
Proinfa	3,463	3,649	2.753	1.700
ESS/EER			4.554	4.435
Encargos e demais despesas setoriais			(88)	356
(-) Créditos pis/cofins			(4.665)	(5.624)
Custo com energia	162,313	168,153	62.593	63.860
Custo de construção			6.481	5.702
Custo total	162,313	168,153	69.074	69.562

7.20 – Custos operacionais totais

7.20.1 - Despesas por Natureza de Gastos

Natureza	2022	2021
Pessoal – empregados	13.311	11.717
Pessoal – administradores	1.154	1.105
Material	1.090	990
Serviço de terceiros	3.390	2.750
Custo com energia comprada	62.593	63.798
Custo de construção infraestrutura	6.481	5.702
Aluguéis	420	434
Seguros	95	67
Depreciação/amortização	2.791	2.049
Impostos e taxas	113	197
(-) Recuperação de despesas	(776)	(234)
Outras despesas	2.729	2.270
Provisões/reversões	2.558	684
Contribuições e doações	84	98
Baixa bens ativo	488	471
Total	96.521	92.160

7.21 – Resultado Financeiro

7.21.1 – Receitas e Despesas Financeiras

Receitas	2022	2021
Rendimentos de aplicações financeiras	348	186
Acréscimos moratórios contas energia	1.420	1.225
Variações monetárias	2.302	2.560
Atualizações monetárias CVA	2.860	570
Outras	102	30
(-) Tributos	(327)	(213)
Total	6.705	4.358
Despesas		
Encargos de dívidas	683	274
Juros bancários/iof	931	571
Juros e multas	23	55
Juros sobre o capital próprio	2.683	1.410
Variações Cambiais	2.195	0
Atualização CVA	428	326
Outras	7	50
Total	6.950	2.686
Resultado	(245)	1.672



7.22 – Seguros

A Companhia mantém cobertura securitária patrimonial e da frota de veículos, garantindo a terceiros cobertura de danos pessoais e matérias, suficientes para cobrir eventuais perdas, considerando a natureza e o grau de risco dos ativos e responsabilidades.

Bens Segurados	Vigência		Vlr. segurado
	2022	2023	
Veículos	2022	2023	Tabela Fipe
Patrimonial (incêndio/danos elétricos/vendaval)	21/06/22 a 21/06/23		21.710.000,00

7.23 – Participação de Resultados

Consta em cláusula de dissídio coletivo, porém ainda não foi implantado o programa de participação dos empregados nos resultados da empresa.

7.24 – Instrumentos Financeiros

Os valores estimados de mercado e os instrumentos financeiros dos Ativos e Passivos da Companhia em 31/12/18 e 31/12/2017 não se apresentam diferentes daqueles reconhecidos nas Demonstrações Contábeis. A Companhia não atua no mercado de derivativos nem tem instrumentos financeiros que estejam registrados no exercício.

7.25 – Alíquotas Pis/Cofins

Até junho de 2005 as alíquotas de Pis e Cofins eram incluídas no cálculo da tarifa de forma cumulativa, reconhecendo as diferenças pagas a maior em ativo regulatório. A partir da tarifa de 29 de junho de 2005 a apuração passou a ser de forma não cumulativa calculada pela empresa e cobrado diretamente do consumidor pela alíquota efetiva.

7.26 – Transações com Partes Relacionadas

Quanto às transações entre partes relacionadas, as transações de compra e venda de energia e de prestação de serviços são realizadas em condições e prazos firmados entre as partes e registradas de acordo com os termos contratados. As mesmas são atualizadas pelos encargos estabelecidos nos contratos.

7.27 – Remuneração dos Administradores

A remuneração dos Administradores é fixada pela Assembleia Geral.

7.28 – Plano de Previdência e Outros Benefícios aos Empregados

A empresa não possui plano de complementação de aposentadoria. A empresa concede benefícios aos seus empregados tais como: vale alimentação, vale transporte, auxílio creche, seguro de vida, incentivo educacional, auxílio acidente trabalho.

7.29 – Questões Ambientais

A Eletrocar vem tentando minimizar ao máximo as consequências do impacto produzido no meio ambiente, executando com bastante cautela os cortes e/ou poda de árvores na implantação e manutenção das redes de distribuição urbanas e rurais.

7.30 – Revisão Tarifária Periódica – RTP

A revisão tarifária é realizada a cada 5 anos e está prevista no contrato de concessão e tem como objetivo reposicionar as tarifas para assegurar a remuneração dos investimentos prudentes e cobertura dos custos operacionais eficientes, de modo a proporcionar um serviço de qualidade aos consumidores.

De acordo com o 4º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 084/2000, firmado entre a ANEEL e a Distribuidora em 09 de dezembro de 2015, a próxima Revisão Tarifária periódica da Empresa ocorrerá na data de 22 de julho de 2027. Nos períodos entre as revisões são realizados os reajustes tarifários.

A 5ª Revisão Tarifária Periódica – RTP da ELETROCAR ocorreu em 22 de julho de 2022 e teve a seguinte recomposição tarifária

Ano			2022
Consumidores Residenciais – B1	Baixa tensão – em média	Alta tensão – em média	Efeito médio para o consumidor
-2,82%	-2,82%	-8,21%	-4,24%



A tabela a seguir resume o cálculo da Base de Remuneração Regulatória, bem como da remuneração e quota de reintegração da Eletrocar na 5ª revisão tarifária periódica

Base de Remuneração Bruta e Quota de Reintegração Regulatória (QRR)

Descrição	Valor
(1) Ativo Imobilizado em Serviço (Valor Novo de Reposição)	139.151.254
(2) Índice de Aproveitamento Integral	-
(3) Obrigações Especiais Bruta	32.688.137
(4) Bens Totalmente Depreciados	18.825.085
(5) Base de Remuneração Bruta	87.638.031
(17) Taxa de Depreciação	3,51%
(18) Quota de Reintegração Regulatória	3.076.095

Base de Remuneração Líquida e Remuneração do Capital (RC)

Descrição	Valor
(1) Ativo Imobilizado em Serviço (Valor Novo de Reposição)	139.151.254
(6) Depreciação Acumulada	53.101.456
(7) AIS Líquido (Valor de Mercado em Uso)	86.049.797
(8) Índice de Aproveitamento Depreciado	-
(9) Valor da Base de Remuneração (VBR)	86.049.797
(10) Almoxarifado em Operação	173.232
(11) Ativo Diferido	-
(12) Obrigações Especiais Líquida	23.892.890
(13) Terrenos e Servidões	6.977.568
(14) Base de Remuneração Líquida	69.307.707

7.31 – Análise Econômico-Financeira - (valores em R\$ mil)

Destacamos abaixo alguns dos resultados econômico-financeiros da Eletrocar no término do exercício:

Receita Operacional Bruta Anual: A receita operacional foi de R\$160.426.084,07 sendo 6,82% inferior a 2021 que foi de R\$172.160.916,52. A receita de Fornecimento de Energia Elétrica faturada foi de R\$129.587.004,56 contra R\$144.646.715,35 em 2021, sendo 10,41% menor que 2021.

Icms s/Faturamento Energia Elétrica: O Icms faturado foi de R\$21.249.855,00 em 2022 e de R\$36.853.199,43 em 2021, sendo 42,34% inferior a 2021.

Demais impostos: Pis, Cofins e Iss somaram o valor de R\$12.422.446,76 em 2022 e R\$11.570.519,21 em 2021, tendo um aumento de 7,36%.

Encargos Setoriais: Os encargos setoriais foram de R\$23.118.138,86 em 2022 e R\$16.251.502,05 em 2021 tendo um aumento de 42,25%.

Despesas com Pessoal e Administradores: As despesas com pessoal em 2022 foram de R\$14.465.394,57 e em 2021 foi de R\$12.822.436,74, tendo um aumento de 12,81%.

Custos com Energia Elétrica: Os custos com energia elétrica foram de R\$62.592.852,53 em 2022 e R\$63.859.845,39 em 2021, tendo uma redução de 1,98%.

A compra de energia para revenda foi de R\$34.144.918,96 em 2022 e de R\$45.051.917,97 em 2021, tendo uma redução de 24,21%.

A geração distribuída, teve um aumento de 126,19%, sendo R\$10.846.590,84 em 2022 e R\$4.795.374,94 em 2021 (91,97%).

O Proinfa teve um aumento de 61,96% sendo de R\$2.752.850,04 em 2022 e R\$1.699.671,55 em 2021 (-24,49%)

Os Encargos de Uso do Sistema e Conexão foram de R\$15.047.948,41 em 2022 e R\$13.145.997,19 em 2021, tendo uma variação de 14,47%.

Os créditos gerados de Pis/Cofins sobre os custos com energia elétrica foram de R\$4.665.332,41 em 2022 e de R\$5.5624.868,37 em 2021 tendo uma redução de 20,57%.



Material e Serviço de Terceiro: As despesas foram de R\$4.479.995,71 em 2022 e de R\$3.740.414,10 em 2021, tendo um aumento de 19,77%.

Provisões e reversões: As provisões para prováveis perdas foram negativas em R\$2.557.713,01 em 2022 e de R\$683.796,61 em 2021, tendo uma variação de 274,05%.

Demais Despesas Operacionais: As demais despesas operacionais, exceto depreciações e provisões, foram de R\$3.153.081,07 em 2022 e R\$3.302.140,15 em 2021, tendo uma variação negativa de 4,51%.

Receita Financeira: As receitas financeiras atingiram o valor de R\$6.705.111,81 e R\$4.357.791,07 em 2021 tendo uma variação de 53,86%.

Despesas Financeiras: As despesas financeiras foram de R\$6.950.159,88 em 2022 e R\$2.686.301,65 em 2021, tendo uma variação de 158,73%.

Lucro Operacional da Atividade: O lucro operacional da atividade foi de R\$7.114.263,42 em 2022 e de R\$15.326.180,87 em 2021, tendo uma variação negativa de 53,58%.

Capital Circulante Líquido: O Capital Circulante Líquido foi de R\$(3.958.309,45) em 2022 e R\$8.185.974,26 em 2021.

Lucro Bruto do Exercício: O lucro bruto do exercício foi de R\$6.869.215,42 em 2022 e R\$16.997.670,26 em 2021.

Lucro Líquido do Exercício: O lucro líquido do exercício foi de R\$6.321.977,20 e R\$12.451.456,70 em 2021.

EBITDA: Lucro da atividade excluída as depreciações, em 2022 foi de R\$9.905.722,64 e R\$17.375.005,42 em 2021.

Lucro líquido, geração de caixa e dividendos	2022	2021
+ Lucro líquido	6.321.977,20	12.451.456,70
- Juros capital próprio	(2.683.067,04)	(1.410.222,93)
+ I. Renda e C. Social	3.230.305,26	5.956.436,49
+ Resultado financeiro	245.048,00	(1.671.489,42)
+ Depreciação/Amortização	2.791.459,22	2.048.824,58
= Geração de Caixa (Ebitda)	9.905.722,64	17.375.005,42

A seguir apresentamos alguns indicadores da empresa:

Coeficiente	Formula		2022	2021
Liquidez Imediata	$\frac{\text{Disponível}}{\text{Passivo Circulante}}$	%	0,12	0,14
Liquidez Corrente	$\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$	%	0,90	1,26
Liquidez Geral	$\frac{\text{A.Circ.} + \text{Realiz L/P}}{\text{P.Circ.} + \text{Exig. L/P}}$	%	0,89	0,93
Endividamento total	$\frac{\text{Exigibilidades Total}}{\text{Ativo Total}}$	%	0,54	0,63
Retorno do Capital	$\frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Patrimônio Líquido}}$	%	0,10	0,26
Razão Operacional	$\frac{\text{Despesa Operacional}}{\text{Receita Líquida}}$	%	0,93	0,86
Capital Fixo Aplicado	$\frac{\text{Ativo Permanente}}{\text{Ativo Total}}$	%	0,52	0,41
Despesa Pessoal x Receita Líquida	$\frac{\text{Despesa Pessoal}}{\text{Receita Líquida}}$	%	0,14	0,12
Energia Comprada x Receita Líquida	$\frac{\text{Compra Energia}}{\text{Receita Líquida}}$	%	0,67	0,65
Ebitda	Lucro Exercício + Depreciação	R\$	9.906	17.731



7.32 – Governança

O Plano de Negócios da Eletrocar levou em consideração a estratégia pela sobrevivência, como forma de enfrentamento da crise financeira da companhia, sendo que vem sendo tomadas medidas concretas no sentido de manter a saúde financeira da companhia, bem como a tomada de decisões pautadas pela eficiência/eficácia/economicidade e desburocratização nos atos administrativos.

Estes itens, no que envolve a Carta Anual da Governança, passam a ser acompanhados pelos indicadores de sustentabilidade.

Com relação à estrutura societária da companhia, não estão previstas alterações na composição societária.

7.33 – Exclusão do Icms da base de cálculo do Pis e Confins: Conforme processo 5000174-80.2012.4.04.7104 - TRF4, com sentença em trânsito em julgado em outubro de 2020, determinando o cálculo com base no ICMS destacado em nota fiscal, porém a receita Federal quer reconhecer apenas o Icms sobre o saldo devedor, conforme entendimento Cosit 013/2018. A empresa habilitou o valor de R\$35.103.644,20 conforme pedido em 15/07/21 e Despacho decisório da RFB em 23/07/21. Foram compensados de julho 2021 a dezembro de 2022 o valor de R\$17.724.890,96, restando um saldo atualizado de R\$20.638.203,82.

7.34 – Aporte de Capital: Conforme previsto na cláusula 7ª, subcláusula 1ª, III e cláusula 4ª do Quarto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão de Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica nº 084/2000-Aneel, havendo necessidade, o sócio Controlador deverá aportar recursos sob forma de integralização do Capital Social, em Caixa ou Equivalentes de Caixa, na totalidade da insuficiência que ocorrer para o alcance do Parâmetro Mínimo de Sustentabilidade Econômica e Financeira da Concessionária.

7.35 – Compra de energia: A partir de julho de 2019 a empresa começou a comprar energia elétrica no mercado livre junto a CCEE, de aproximadamente 92% do mercado próprio, conforme chamada publica 018/02 de 19/04/18.

Os diretores da Companhia declaram que examinaram, discutiram e revisaram todas as informações contidas nas Demonstrações Contábeis da Companhia, bem como, concordam com a opinião dos auditores independentes da Companhia, referenciadas no Relatório dos Auditores Independentes a seguir apresentado.

Carazinho/RS 31 de dezembro de 2022


 JONAS LAMPERT
 Diretor Presidente
 CPF 948.755.290-15


 RUI LUIZ TOSO
 Contador CRC/RS 40.629
 CPF: 273.968.430-49


 JOÃO CARLOS ALGAYER
 Diretor Administrativo e Financeiro
 CPF 471.761.800-91



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

**Aos acionistas da Centrais Elétricas de Carazinho S/A - ELETROCAR
Carazinho – RS**

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Centrais Elétricas de Carazinho S/A – ELETROCAR que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido para o exercício findo nessa data e demonstração dos fluxos de caixa, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual, da Centrais Elétricas de Carazinho S/A – ELETROCAR em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros Assuntos

Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para as companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação do DVA. Esta demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade



operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre/RS, 27 de março de 2023



Antônio César da Silva
 Contador - Mestre em Controladoria
 CRC-RS 043890-O-9
 CVM AD 17.595 - Registro 12840
www.acscontab.com.br



www.eletrocar.com.br
 Telefone: (54) 3329 - 9900 Fax: (54) 3329 - 9945
 Av. Pátria, 1351 - Bairro Sommer - Carazinho/RS



PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Acionistas:

Os membros efetivos do Conselho Fiscal da Centrais Elétricas de Carazinho S/A – Eletrocar, dando cumprimento as disposições legais e estatutárias examinaram as Demonstrações Contábeis, compreendendo o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício e Demais Demonstrativos Contábeis bem como as Notas Explicativas e com base nos pareceres dos Auditores Independentes, relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, são de parecer que os mesmos refletem com propriedade a situação patrimonial e financeira da Companhia, bem como o resultado de suas operações, estando assim, tais documentos, em condições de serem submetidos à apreciação e conseqüente aprovação pelos Senhores Acionistas na Assembleia Geral.

Carazinho/RS, 28 de março de 2023


DANIEL SCHU
Conselheiro
CPF 006.519.260-50


ELOI FRANCISCO SOLIMAN
Conselheiro
CPF 198.564.820-20


JOSÉ MAURÍCIO DE SOUZA LEAL
Conselheiro
CPF/307.735.800-00

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Os membros do Conselho de Administração da Eletrocar, no uso e nos limites das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado o Relatório da Administração, as Demonstrações Contábeis, os esclarecimentos da Diretoria Executiva, os Relatórios da Auditoria Interna, o Relatório dos Auditores Independentes, o Relatório do Comitê de Auditoria Estatutário e o Parecer do Conselho Fiscal, deliberam favoravelmente sobre as Demonstrações Contábeis referente ao exercício encerrado em **31 de dezembro de 2022** e as submetem para deliberação final dos Acionistas em Assembleia Geral da Companhia.

Carazinho/RS, 10 de abril de 2023


ERMÓGENES BODANESE
Presidente
CPF 525.735.919-72


LISIANE BUENO MAIDANA
Vice-Presidente
CPF 716.755.310-72


LEANDRO GARCIA DA SILVA
Conselheiro
CPF 946.775.490-87


JAIME LUIS KIPER DA ROSA
Conselheiro
CPF 347.380.370-72


MARLON AUGUSTO ALLEBRANDT
Conselheiro
CPF 015.079.410-05


RAFAEL GAY POSSEBON
Conselheiro
CPF 022.727.550-42


CASSIANO SCHEIBE MAILATTI
Conselheiro
CPF 650.065.290-72